



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Reforma ministerial



AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), após a viagem ao Japão acompanhado dos presidentes da Câmara e do Senado, volta com bastante disposição de acelerar a reforma ministerial. O presidente faz o cálculo político das trocas que pretende fazer na Esplanada dos Ministérios. A reforma prometida a aliados vai depender do apoio que, principalmente, partidos do centrão vão dar nas eleições do ano que vem.

### Mais espaço aos partidos

Para não entrar num tsunami político eleitoral antes das eleições de 2026, Lula deve chamar os presidentes de algumas legendas para ajustar os ponteiros antes da distribuição dos ministérios. Partidos como o PP e PSD cobram mais espaço, ou mesmo, ministérios mais robustos.

### Ministérios com mais orçamento

O União Brasil já deu o recado ao presidente. Não vai aceitar perder nenhuma das três pastas que tem. Alguns ministérios estão na mira de Lula, como o Desenvolvimento Agrário, e até mesmo a Secretaria-Geral da Presidência. Já o centrão reivindica pastas com mais orçamento.

### Poder aos adversários

O presidente avalia até que ponto será bom para o governo ceder um ministério forte a um partido que no ano que vem pode sair do governo e apoiar um eventual adversário de Lula nas eleições. O certo é que as mudanças vão acontecer. Estão sendo discutidas e avaliadas no Palácio do Planalto. Outro ponto que vem sendo analisado após as conversas do presidente Lula com Davi Alcolumbre (União Brasil) e Hugo Motta (PP), na viagem ao Japão, é o apoio do Congresso ao governo e a própria governabilidade.

### Aval do Parlamento

Lula depende do aval da Câmara e do Senado para vários projetos que poderão ser decisivos para as eleições de 2026. A prioridade do governo atualmente é a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

### Críticas ao governo

A verdade é que, agora, na mudança de cadeiras na Esplanada, presidentes de alguns partidos do centrão já fazem duras críticas ao governo. Isso também tem pesado na decisão de Lula.

# Dino cobra prestação de contas sobre emendas Pix

Recursos devem ter seus planos de trabalho apresentados previamente

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou aos estados e municípios beneficiários de “emendas Pix” executadas entre 2020 e 2023 que prestem contas sobre o uso do dinheiro em até 90 dias aos respectivos ministérios (de onde saiu os valores dos repasses). A decisão se aplica a 6.247 planos de trabalho - que devem detalhar onde o dinheiro foi ou será gasto - que ainda não foram apresentados, em descumprimento à determinação da Corte.

Dino vem cobrando a apresentação dos planos de emendas já pagas para jogar luz sobre a destinação dos recursos públicos. Quando liberou a execução dos repasses, o ministro determinou que as emendas solicitadas de 2025 em diante devem ter seus planos de trabalho apresentados previamente.

No despacho, publicado ontem, o ministro ressaltou que o Congresso continua a descumprir “deveres básicos” relacionados à transparência e rastreabilidade dessas emendas.

Ele ainda alertou que poderá determinar um novo bloqueio das emendas parlamentares em caso de descumprimento da ordem. “Advirto que a não prestação de contas, no prazo fixado, implicará



ROSINEI COUTINHO/STF/JC

Dino determinou que estados e municípios esclareçam destinação

a configuração de impedimento de ordem técnica para execução de emendas parlamentares, sem prejuízo da necessária apuração da responsabilidade dos agentes omissores”, afirmou.

“O não cadastramento, até o momento, de 6.247 planos de trabalho, totalizando dezenas de bilhões do orçamento público federal, sublinha, mais uma vez, o nível de desorganização institucional que marcou a implementação das transferências especiais (emendas pix’). Como já demonstrado nestes autos, deveres básicos atinentes ao planejamento, controle, transparência, rastreabilidade e prestação de contas restaram ina-

dimplidos, afrontando preceitos constitucionais e legais”, destacou Dino na decisão.

A “emenda Pix”, denominada oficialmente de “transferência especial”, é um dispositivo que permite alocar recursos do Orçamento da União com maior agilidade a Estados e municípios, mas foi alvo de questionamento na Corte por não ter meios de fiscalizar o uso do dinheiro público. No destino, o repasse podia ser usado livremente pelo governador ou prefeito, sem vinculação com programas federais. A exigência do plano de trabalho tem o objetivo de identificar onde o dinheiro será gasto e sanar essa lacuna de transparência.

## Fachin rejeita anulação de atos da Lava Jato contra Palocci

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu divergência ontem no julgamento do recurso contra a decisão que anulou todos os atos da Lava Jato contra Antonio Palocci, ex-ministro de governos de Lula e Dilma Rousseff (ambos do PT).

O magistrado rejeita a derubada e afirma não ser possível descontinuar todos os atos judiciais contra Palocci de forma automática em decorrência das anulações anteriores.

A Segunda Turma do STF analisa um recurso da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a decisão do ministro Dias Toffoli. Segundo o pedido da acusação, não há correlação estrita entre o pedido de extensão anulação dos atos contra o empresá-

rio Marcelo Odebrecht e o caso de Palocci.

Ainda faltam os votos dos ministros Kassio Nunes Marques e André Mendonça.

A votação ocorre em plenário virtual, onde os ministros colocam seus votos na plataforma de modo remoto. O julgamento segue até esta sexta-feira.

Palocci foi ministro da Fazenda de Lula e da Casa Civil de Dilma - cargos que deixou com o envolvimento nos escândalos investigados na operação.

Para Fachin, o Supremo tem indeferido diversos pedidos de extensão por entender ser necessária a demonstração da semelhança entre a decisão referenciada e o caso concreto.

“Absolutamente não se verifica a presença de identidade fática e similitude entre o que já decidi-

do nos processos indicados como paradigma e o que se pleiteou nesses autos”, disse o ministro.

Os advogados do ex-ministro solicitaram para Toffoli que estendesse a Palocci os benefícios concedidos a Marcelo Odebrecht, sob o argumento de que mensagens obtidas pela Operação Spoofing (que investigou os responsáveis por hackear e vazar conversas de procuradores) apontavam parcialidade de Moro e “incontestável quadro de conluio processual entre acusação e defesa”.

Ainda, de acordo com Fachin, não é possível ampliar a decisão anterior para tratar de questões relacionadas à prova ilícita, apreciação de diálogos de agentes públicos obtidos na Spoofing e matérias que deveriam ser discutidas e apreciadas nas instâncias inferiores.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

**SKO**  
OYARZÁBAL  
MARCAS & PATENTES S/C  
Ética • Dinamismo • Confiabilidade